

Programa do PT prevê democratização do ensino

*Projeto do candidato
Lula não privilegia
aspectos específicos
do setor*

LEONARDO TREVISAN

A principal promessa para a área educacional anuncia- da no programa de governo do PT é a de que o ensino “ganhará qualidade” e atenderá às “necessidades da maioria” da população. O programa não privilegia nenhum aspecto específico do ensino. A coligação União do Povo repete que educação é “direito inalienável e dever do Estado”, e assinala que é por meio dela que se formam “homens e mulheres livres e conscientes”.

A promessa de ensino de qualidade será alcançada no programa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva a partir de três princípios: a democratização do “acesso e permanência”, a democratização novamente, agora da “gestão escolar” e, por fim, a articulação dos valores “locais e regionais com a ciência e cultura”. Cumpridos estes três princípios, a escola no governo da União do Povo “deixará de ser uma formalidade” dando aos estudantes “autonomia e poder criativo para que possam aprender a aprender”.

A promessa mais efetiva do programa é a expansão da idéia da bolsa-escola, definida como projeto visando ao oferecimento de “condi-

ções econômicas” para garantir efetiva permanência da criança na escola. O programa reconhece que a bolsa-escola já foi adotada em “governos dos partidos da União do Povo”. Um piso salarial “unificado” e melhorias salariais para “todos os funcionários” também fazem parte do programa do candidato Lula.

Para alcançar todos os objetivos, a coligação promete aumentar “progressivamente” os gastos com educação de modo a atingir o dobro dos recursos atualmente investidos na área, “nas três esferas de governo”. O programa não especifica como será feito esse aumento, nem a origem dos recursos para dobrar os gastos com educação, sugerindo apenas uma política tributária “progressiva” e uma política econômica “de desenvolvimento”.

O programa *Solução para o Brasil – Educação de qualidade para todos* oferece ampla lista de compromissos básicos. A promessa de introdução da escola de tempo

integral, ainda que restrita aos 32,5 milhões de alunos do ensino fundamental, não menciona a necessidade de grande expansão da rede física, uma vez que o sistema educacional funciona atualmente com uma média de três turnos diários de aula por escola. O programa oferece apenas o compromisso de investir R\$ 1.000 por aluno da educação fundamental até o ano 2002, sem especificar a fonte dos recursos. Não está mencionada, também, a origem dos recursos para pagar um salário mínimo a cada família na bolsa-escola.

ORÇAMENTO DOBRA SEM MENTIONAR FONTE

PRINCIPAIS PROMESSAS	
Ensino Básico	Ensino Superior
✓ Ampliar o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino;	✓ Revisão das carreiras e da política salarial de professores e funcionários;
✓ Instituir a escola de tempo integral;	✓ Expansão de 80% nas vagas da rede pública, especialmente no curso noturno, com ampliação do quadro de pessoal e de infra-estrutura;
✓ Estabelecer um Sistema Nacional de Educação que promova políticas educacionais e articule ações e a co-gestão da União, Estados e municípios;	✓ Ampliação do Programa de Crédito Educativo, financiado com recursos não provenientes de impostos, com prazos de resarcimento condicionados à situação econômica do beneficiado;
✓ Criar fóruns nacional, estaduais e municipais de educação para definir diretrizes, acompanhar e avaliar as políticas e planos de educação; Reorganizar os Conselhos Nacional, estaduais e municipais de educação;	✓ Revisão do Exame Nacional de Cursos (Provão) adotando-se um sistema nacional de avaliação institucional pelas comunidades interna e externa à universidade;
✓ Induzir a formação de Conselho Escolares democráticos com poder deliberativo no que se refere ao projeto educativo da escola, às questões pedagógicas, administrativas e da gestão financeira;	✓ Ampliação do Programa Nacional de Capacitação Docente;
✓ Revisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a partir de debates com a sociedade;	✓ Aumento de pelo menos 100% dos recursos para a pós-graduação ao longo dos quatro anos;
✓ Garantir a bolsa-escola para 4 milhões de famílias, pagando a cada família um salário mínimo para manter na escola as crianças entre 7 e 14 anos;	✓ Política de assistência estudantil, por meio de programas de alimentação, moradia e assistência à saúde;
✓ Estimular a estruturação de programas de formação permanente e sistemática dos educadores em serviço com a participação de universidades.	✓ Estabelecimento e implantação a curto prazo de normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação.

níveis” a partir de contribuição das universidades. As escolas técnicas devem “discutir democraticamente programas” para atender à demanda de cursos de curta duração.

Ensino superior – A universidade terá, no programa da coligação, “papel fundamental” na discussão e elaboração do “novo projeto nacional de desenvolvimento”.

Esse projeto terá imenso alcance e a universidade deve contribuir tanto “para a implementação de políticas industrial e agrícola, como para geração de emprego e renda”, passando pela formação e qualificação profissional, alcançando a “difusão tecnológica” para médias e pequenas empresas, sem deixar de lado o “esforço para a realização da reforma agrária”.

A autonomia universitária é valor fundamental no programa da coligação União do Povo, privilegiando a universidade pública com a promessa de forte expansão de vagas – da ordem de 80%. A revisão do Provão também faz parte dessas promessas, bem como a revisão das políticas salariais de professores e funcionários. O programa promete a organização de “ampla e democrática” consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades. Apenas uma linha e meia é dedicada ao ensino superior privado, prometendo a “implantação, a curto prazo”, de normas de fiscalização do poder público sobre as instituições universitárias particulares. Quanto aos custos do ensino superior, o programa promete, com a expansão das vagas, reduzir o custo anual dos atuais R\$ 7.000 para R\$ 4.500 por aluno nas universidades públicas.

Quanto à educação infantil, para crianças de até 6 anos, o programa do candidato Lula prevê gasto de R\$ 1.500 anuais por aluno, pretendendo atingir um total de mais 1,3 milhão de crianças até o fim do governo, além dos 3,3 milhões atualmente atendidos. A superação do analfabetismo foi tratada no programa como item especial. Está prome-

tido um “grande movimento” para alfabetizar 5 milhões de alunos até 2002 a um custo previsto de R\$ 1.000 anuais por aluno, sem definição da origem dos recursos.

Para o ensino médio, o programa de governo da União do Povo pretende avançar dos atuais 7 milhões para 9 milhões de vagas até o ano 2002, a um custo de R\$ 1.000

anuais por aluno. Quanto ao ensino técnico, está previsto no programa uma escalada das atuais 130 mil matrículas para 300 mil em 2002, a um custo anual de R\$ 3.000 por aluno. Propostas de reforma curricular, ou novas perspectivas quanto ao conteúdo de ensino pretendido, estão restritas à sugestão de “reorientação de currículos em todos os